



# Educar para a escuta: reflexões a partir de Plutarco

## Educating for listening: reflections from of Plutarch

Antonio de Oliveira Siqueira<sup>1</sup>  
Maria Cristina Soares Esteves<sup>2</sup>

**Resumo:** Apesar dos conflitos e condições vividos pelos seres humanos, pode-se entender que pretendem viver em sociedade e ser sociáveis. Há, porém, uma premissa para que essa condição seja satisfeita, que é o atendimento de suas necessidades e as dos seus pares. Condição que pode ser atendida quando se sabe das indigências dos demais, o que será possível se for dada a atenção àqueles com os quais se convive. É em busca do preenchimento dessa lacuna que este artigo trata do mais remoto conceito filosófico que abordou esse tema, a escuta. Assim, produziu-se uma abordagem geral acerca do processo de escuta e, utilizando-se especialmente o ensaio de Plutarco: *Como ouvir*. Uma obra que tem como principal objetivo a proposição da mudança de comportamento dos seus jovens alunos e os demais indivíduos.

**Palavras-chave:** Educação, escutar, filosofia, Plutarco.

**Abstract:** Despite the conflicts and conditions lived by human beings can be understood that they intend to live in society and be sociable. There is, however, a premise for this condition to be met which is the attendance of your needs and those of your peers. This condition can be met when one knows the desires of others, which will be possible if attention is given to those with whom one lives. It is in the search of filling this gap that this article deals with the most remote philosophical concept that approached this subject, the listening. Thus, a general approach was produced on the process of listening and, using especially the essay of Plutarco: *How to listen*. A work that has as main objective the proposition of the behavior change of its young students and the other individuals.

**Keywords:** Education, listen, philosophy, Plutarco.

### 1. Introdução

Estamos rodeados por uma atmosfera psicológica significativamente voltada para a individualidade e subjetividade das pessoas, ou por um cuidado exacerbado com parcialidade de

grupos com a finalidade de geração de vantagens imediatas, pelo menos como o senso comum tem interpretado as condições atuais de vida em sociedade.

Um ambiente, pelo menos no Ocidente ou onde já foi produzida uma espécie de ocidentalização, que chama a atenção por circunstâncias como a violência, o uso de drogas ilícitas, os excessos de ingestão de álcool, suicídio, obesidade, como que para fugir de si e/ou dos outros, preencher um vazio na existência ou ainda suprir uma solidão em meio à multidão.

Ainda assim, mesmo em meio a esse ambiente de crise que estamos vivendo, cuja marca poderia ter características limítrofes ao desalento e desesperança, “temos carência profunda e necessidade urgente de a vida ser muito mais a realização de uma obra do que de um fardo que se carrega no dia a dia”. (CORTELLA, 2007, p. 16).

Supõe-se que cada indivíduo, ao longo de sua existência, segue em busca do atendimento de desejos, vontades, interesses e tudo mais que possa ter algum significado, mesmo que seja para um autoatendimento, com finalidades estritamente egocêntricas, abandonando ou não atendendo aos demais indivíduos que o cercam, “em suma, cada pessoa é questionada pela vida; e ela somente pode responder à vida *respondendo por* sua própria vida; à vida ela somente pode responder sendo responsável” (FRANKL, 2006, p. 98).

Apesar dessa ideia de ser-singular ou ser-individual, considerar os indivíduos como seres isolados é uma condição irreal ou fictícia (RÚDIO, 1993, p.7), assim, via de regra, também se considera como importante e necessária a socialização, que produz uma espécie de troca, parceria, submissão ou qualquer outra forma para o atendimento daquilo que seja significativo, produzindo satisfação, alegria ou felicidade, independentemente da definição subjetiva ou objetiva que se tenha desses conceitos.

Por outras palavras, “o homem, por sua própria natureza, é um ser sociável, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros” (PAULO VI, 1965, 12).

Essa noção de humanidade não isolada, necessariamente sociável, pode ser observada em Cortella, quando afirma que “nós só somos humanos com outros humanos”, ou melhor:

A ética é, antes de mais nada, a capacidade de protegermos a dignidade da vida coletiva. Afinal de contas, nós, homens e mulheres, vivemos juntos. Aliás, para seres humanos, não existe vivência, existe apenas convivência. Nós só somos humanos com outros humanos. A nossa humanidade é compartilhada. Ser humano é ser junto. Isso significa que é preciso que saibamos que a nossa convivência exige uma noção especial da nossa igualdade de existência, o que nos obriga a afastar do ponto de partida qualquer forma de arrogância (CORTELLA, 2007, p. 117).

Paralelamente, considerando essa relação com os demais indivíduos, pode-se levar em conta a afirmação que: “uma das questões centrais da ética é regularmos as nossas relações de maneira que o poder possa servir em vez de se servir” (CORTELLA, 2007, p. 139).

### 1.1 O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DEMAIS

Para o atendimento das necessidades dos demais, parte-se do pressuposto de que cada um tem consciência do que deseja ou necessita, mas para saber isso é sempre importante que se saiba ouvir, dado que a suposição daquilo que representa a carência do outro pode levar a sérios enganos.

Ratificando essa condição, pode-se citar Corrêa e Caon (2006, p. 229), que, ao tratar das qualidades ou habilidades dos profissionais de alto contato com público, especialmente na prestação de serviços, destaca especialmente a habilidade e atitude interpessoal. O funcionário de alto contato tem um trabalho mais complexo que o funcionário de baixo contato. Assim, além das habilidades técnicas necessárias para entregar o serviço, deve também ter certo grau de habilidade gerencial e de *marketing*, pois está também a cargo de algumas atividades relacionadas ao comércio do serviço (CORRÊA e CAON, 2006, p. 229).

Conforme Tansik e Smith (1998 apud CORRÊA e CAON, 2006, p. 229), algumas habilidades adicionais àquelas técnicas (exemplo: saber cortar o cabelo para o cabeleireiro; ou saber servir uma refeição para um garçom) requeridas para funcionários de alto contato são: habilidades (e atitudes) interpessoais, comunicação, habilidade de vendas, aparência, gestão do “colega” cliente.

Especificamente acerca do primeiro item, das habilidades interpessoais, a área de prestação de serviços possui uma característica diferente da condição tradicional encontrada na indústria. No setor industrial prevalece a relação entre pessoas – objetos; pessoas – matérias-primas; pessoas – máquinas etc., enquanto no setor de serviços, a relação ocorre entre pessoas, ou seja: paciente – médico; professor – aluno; passageiro – comissária de bordo etc.

Além das habilidades técnicas requeridas, é necessário que o funcionário seja: atraente, transmita tranquilidade, produza segurança e administre as relações entre o cliente e o elemento tecnológico envolvido, quando for o caso.

Segundo Tansik e Smith (1998 apud CORRÊA e CAON, 2006, p. 229), o grau necessário de habilidades interpessoais vai variar conforme a intensidade de contato que a operação exige. No caso de alta intensidade de troca de informações, cabe inclusive ao funcionário a função de captar o fluxo de informações que vem do cliente, sendo necessário, portanto, mais do que nunca, saber ouvir, uma habilidade menos encontrada do que o desejável e indispensável quando se pretende o pleno atendimento desse cliente.

## 1.2 A ESCUTA COMO FERRAMENTA

Segundo Covey (2005, p. 188), a escuta representa algo em torno de 50% da comunicação humana, quando comparada à escrita, fala e leitura, porém é a habilidade que é menos treinada e a maioria das pessoas passa anos a fio aprendendo a ler, escrever e falar, mas, quando se trata da escuta, não ocorre qualquer processo formal ou sistemático de aprendizagem.

O mesmo autor indica que o fato de escutar continuamente produz uma sensação de que se sabe ouvir, porém essa ação ocorre segundo uma lógica incorreta, a que ele denomina ser “dentro do nosso marco de referência” e não “dentro do marco de referência da outra pessoa” (COVEY, 2005, p. 189).

Assim, segundo a ótica de Covey, tem-se uma gradação possível na atividade de escutar o outro, de 1 até 5, onde 1 é a pior situação (ignorar) e 5 a condição ideal (escutar com empatia), denominado por ele como o *continuum* da escuta. Dessa forma, tem-se o que segue:

Tabela 1 – O *continuum* da escuta

Formas de escuta	Marco de referência
1 – Ignorar	Dentro do nosso próprio marco de referência.
2 – Fingir escutar	
3 – Escutar seletivamente	
4 – Escutar atentamente	
5 – Escutar com empatia	Dentro do marco de referência da outra pessoa

Fonte: adaptado de Covey (2005, p. 189).

E para tratar do *continuum*, Covey continua sua explicação:

Escutar verdadeiramente significa transcender nossa autobiografia, sair do nosso marco de referência, fora do nosso sistema de valores, fora da nossa história e das nossas tendências de avaliação e entrar profundamente no marco de referência ou ponto de vista da outra pessoa. Chamamos isso de escutar com empatia. É uma habilidade muito rara, muito rara. Mas é mais do que uma habilidade. Muito mais (COVEY, 2005, p. 189).

Tendo como base os fundamentos apresentados até então, nos quais a importância da escuta do outro fica destacada como argumento para uma vida mais equilibrada, pretende-se neste artigo a apresentação da obra escrita por Plutarco, *Como ouvir*, de tal maneira que, com o auxílio de outros autores, seja possível pensar em uma forma de sensibilização para a importância dessa atitude e produzir um novo jeito de ser e conviver em sociedade.

Dessa forma, após definir a importância dessa atitude, segundo o pensamento de Plutarco, serão tratados os principais aspectos levantados pelo autor, de sorte que seja possível uma melhor compreensão da sociedade da época, acerca dessa atitude do ouvir. Além dessa principal questão, esperam-se algumas respostas a outras perguntas como fruto dessa análise: de que forma a sociedade grega, por meio de Plutarco, abordava, há cerca de 2000 anos, a questão do ouvir?; as questões tratadas à época podem ser consideradas atuais?; apesar de ser uma época dos grandes pensadores, que motivos poderiam levá-los a não ouvir seus pares?

## 2. *Como ouvir de Plutarco*

Em pesquisa realizada para buscar o mais remoto pensamento estruturado acerca da ação em questão, que é a escuta, foi possível encontrar Plutarco, que elaborou um ensaio que está datado do ano 100 d.C., há quase dois séculos: *Como ouvir*.

De acordo com Ziegler (2009, p. 12), Plutarco é uma fonte de conhecimento dos costumes e da vida dos greco-romanos, produzindo um rico repertório sobre essas sociedades, pois enfoca hábitos e costumes, trata de questões filosóficas, históricas e políticas e, sobretudo, traz à luz valores e ideais gregos e romanos vistos sob a perspectiva de um autor grego, que vive em uma província grega de dominação romana, a Beócia.

Neto de Lâmprias, filho de Autóbolus e irmão de Timon e Lâmprias, membros da nobreza beócia, Plutarco nasceu em 45 d. C., na pequena cidade de Queroneia, na Beócia, região situada ao norte da Ática, acima de Atenas, e que foi palco de uma batalha histórica, decisiva para o destino da Grécia Antiga (SILVA, 2003, p. 23).

O prazer de Plutarco pelas ideias aconteceu bem cedo, quando frequentava os simpósios intelectuais organizados por seu avô, e a isso se juntou o fato dele ter sido criado ao pé do Monte Parnaso, morada das musas e do templo de Apolo, além de ter sido discípulo de Amônio, então presidente da Academia platônica (PLUTARCO, 2015).

O Catálogo de Lâmprias, provavelmente datado do III ou IV séc. d.C., lista 227 trabalhos escritos por Plutarco. Essa lista foi redefinida por volta de 1300 pelo padre bizantino Maximus Planudes (ZIEGLER, 2009, p. 52).

Trata-se de um conjunto muito importante em número e qualidade, que os especialistas separaram em dois grandes conjuntos: as obras morais (*Moralia*) e as biografias que compõem as Vidas paralelas (*Bioi Paralleloi*), que, até os nossos dias, continua sendo uma das melhores narrativas sobre o mundo greco-romano antigo (PLUTARCO, 2015).

As parênteses organizadas por Plutarco, e que começaram a circular mais ou menos na mesma época que o Novo Testamento, obedeceram a uma ordem previamente estabelecida. Os cinquenta pares que ele combinou, dos quais somente 23 chegaram até nós, ainda que sem as consonâncias ideais, foram eleitos de acordo com a representação histórica, caráter ou alguma virtude específica (ou a falta dela) dos biografados (PLUTARCO, 2015).

Segundo Ziegler (2009, p. 13), Plutarco sempre foi movido por uma preocupação política, pois possuía uma teoria política largamente baseada em Platão e Aristóteles e que tentava incorporar essa teoria em toda a sua produção literária, inclusive nas biografias.

Fortalecendo a argumentação de que a política para Plutarco era essencial, aparecem os conteúdos inseridos no segundo grupo de escritos, as obras morais, que são dedicados à discussão da política e da atividade política na vida de um cidadão. Assim, esses textos funcionavam como um curso para um bom desempenho do governante, o qual deveria ser altamente educado, aos moldes da *paideia*, juntamente com a filosofia, que daria ao governante o poder de refrear suas paixões e exercitar seu autocontrole, tudo em benefício do bem comum, o bem-estar dos cidadãos e da comunidade (ZIEGLER, 2009, p. 14).

Essa segunda compilação, a *Moralia* ou *Ensaio éticos e morais*, inclui trabalhos escritos de diversos gêneros (ensaios, diálogos, conversas familiares, cartas) e versam sobre os mais variados temas como: filosofia, política, ética, amor, amizade, educação, religião etc. (ZIEGLER, 2009, p. 53-54).

Dentre tantas produções literárias disponíveis em língua portuguesa, além das biografias, destacamos algumas: *A um governante sem instrução; Acerca do número excessivo de amigos; As vidas dos homens ilustres; Como distinguir o amigo do bajulador; Como ouvir; Como se tirar proveito dos seus inimigos; Da educação das crianças; Da malícia de Heródoto; Das doenças da alma e do corpo; Diálogos do amor; Do amor aos filhos; No banquete; O banquete dos sete sábios; Preceitos políticos; Relatos do amor; Sobre a demora da justiça divina; Sobre a face visível no orbe da Lua; Sobre a monarquia, a democracia e a oligarquia; Sobre a música; Sobre a necessidade de que o filósofo converse especialmente com os governantes; Sobre a tagarelice; Sobre se o ancião deve intervir na política.*

## 2.1 COMO OUVIR

Logo no início do seu comentário acerca do ensaio de Plutarco, Maréchaux (2005, apud PLUTARCO, 2003, p. V-VI) nos diz que:

Se aprender a falar é o primeiro passo, supondo que o estudo das palavras se conclui das ideias, aprender a ouvir deve ser a segunda preocupação do aprendiz de filosofia, e com toda a certeza uma das questões centrais da educação, da *paideia*.

Trata-se de um ensaio elaborado no ano 100 da era cristã, com a intenção de preencher o vazio de entendimento da arte da escuta, haja vista que essa ação no mundo ocidental está normalmente vinculada ao isolamento extremo (MARÉCHAUX, 2005 apud PLUTARCO, 2003, p. VI).

Esse ensaio está subdividido em dezoito pequenos capítulos, cujos temas são: 1. Ouvir, condição necessária de toda aprendizagem; 2. O ouvido é o órgão da sabedoria; 3. Sobre a maneira

de ouvir; 4. Elogio do silêncio; 5. O que é ouvir com complacência; 6. Admiração e desprezo ao ouvir discursos; 7. Examinar o orador para apreciar o que ele diz; 8. Julgar os discursos pelos benefícios que nos proporcionam; 9. (Continuação do capítulo 8); 10. Sobre os temas dos discursos; 11. Propor temas com pertinência; 12. Escolher oportunidades favoráveis ao propor os temas; 13. Sobre o louvor moderado aos oradores; 14. Erros cometidos ao ouvir; 15. Maneira conveniente de aplaudir. Da insolência e da tolice dos ouvintes; 16. Do justo meio-termo em matéria de ouvir; 17. Dois tipos de alunos: os tímidos e os sabichões; 18. Sem ser inoportuno nem por demais minucioso, o aprendiz de filósofo deverá exercer duas virtudes da aprendizagem: a cópia e a perfeita intelecção.

Ao longo desse ensaio, Plutarco, sabiamente, estabelece um caminho para o leitor que produz uma espécie de exame de consciência, cujos pontos de reflexão são, entre outros, o discernimento, a atenção, a reprovação ao próximo e a avaliação, de sorte que para os mais atentos, seja possível uma inflexão em busca do caminho ético.

O autor faz a introdução do seu ensaio, cujo cerne é a preocupação com os jovens mediante a natural metamorfose que ocorre durante a vida, que aqui se enfatiza no processo de independência dos “primeiros preceptores” (p. 3).

É nesse momento que Plutarco antecipa-se, com a intenção de que os jovens no caminho da maturidade possam se proteger deles mesmos ao seguir os próprios passos.

Plutarco entende que essa passagem de fase não fornece a plena liberdade, como aquele que pode fazer tudo o que quiser, mas sim é uma troca de liderança, saindo da tutela de um professor ou instrutor e trocando pela “razão como condutor divino da vida” (p. 4). Enfatiza ainda, que:

Somente aqueles que a seguem [a razão] merecem ser considerados livres. Pois são os únicos que, tendo aprendido a desejar o que se deve, vivem como desejam; enquanto nos impulsos e ações estúpidos e irracionais, a livre vontade é envilecida e diminuída na intensa mudança das intenções (p. 4-5).

É como uma antecipação do conflito estabelecido entre Viktor Frankl e Sigmund Freud, cujo teor pode ser bem observado em dois relatos no livro *A presença ignorada de Deus*, ou melhor: “O ser humano propriamente dito manifesta-se onde não houver um id a impulsioná-lo, mas onde houver um eu que decide” (FRANKL, 2007, p. 21). Ou ainda:

Assim, na análise existencial, o que vem à minha consciência não é o impulsivo, relativo ao id, mas meu próprio eu. Não é o id que se torna consciente ao eu, mas o eu se torna consciente de si mesmo: vem ter consciência de si mesmo, encontra-se... a si mesmo (FRANKL, 2007, p. 18).

A filosofia, de acordo com o autor, é necessária à vida, pois “só ela reveste verdadeiramente os jovens da beleza viril e perfeita, proveniente da razão” (p. 6).

Ocorre que este aprendizado depende em muito dos raciocínios filosóficos ouvidos pelos interessados, daí a ideia de que o ouvido é o órgão da sabedoria, a ponto de o autor apresentar a seguinte conceituação acerca do sentido da audição:

Ele [o sentido da audição] é, entre os demais, o mais venerável; nem as coisas visíveis, nem as que se saboreiam, nem as tangíveis trazem arroubos, perturbações e terrores, tais como aquelas que se apoderam da alma, irrompendo nela por meio da audição de certos estrépitos, golpes e sons (p. 7).

De acordo com Plutarco, é por meio do sentido da audição que os jovens podem ter suas almas conquistadas, considerando a sua predisposição, ou seja, a condição de distanciamento das paixões, vícios e impulsos, tantas vezes resultado de palavras licenciosas.

Tanto por isso que se entende como necessário privar os mais jovens das palavras inadequadas para se evitar a deformação do seu caráter, até que tenham condições suficientes de ter o adequado discernimento.

Plutarco cita indiretamente Platão, pois compara o domínio e a domesticação das feras com a educação das crianças, ou seja:

Se alguém deixar o impulso para o prazer e a aversão ao trabalho penoso (não os exteriores nem os introduzidos na alma pelas palavras, mas, por assim dizer, os inatos nela, fontes de inúmeras afecções e enfermidades) livres para avançarem para onde têm tendência, se não disciplinar sua natureza, extirpando-os ou desviando-lhes o curso por meio de discursos intencionais, não haverá entre as feras nenhuma que não se mostre mais domesticada que o homem (p. 9).

Entende-se que a audição tem importância capital na formação dos jovens, podendo ser uma ótima ferramenta, mas, ao mesmo tempo, uma arma fatal.

Presume-se que há necessidade de se tratar da melhor forma possível a utilização da audição, de sorte que se consiga extrair o melhor rendimento dos jovens, considerando que a maior parte usa muito mal suas ações, falando muito e ouvindo pouco, “no uso da palavra, o receber bem precede o lançamento” (p. 10), ou ainda, “o discurso dos jovens incapazes de ouvir e desacostumados a beneficiar-se da audição é vazio” (p. 11).

Dessa forma, indica que há a necessidade de se ter uma intenção clara de ouvir, uma atitude focada e interessada, incluindo o treino para poder conseguir a ação da audição com resultado. Cita inclusive um exemplo: “Para recolher o que é derramado, as pessoas inclinam os vasos e os voltam para a posição inicial, para que o líquido verta realmente para dentro, e não para fora” (p. 11).

Como, porém, há um intenso conflito entre a razão e o instinto, Plutarco pede redobrada atenção, “de sorte que nenhuma palavra útil lhes escape” (p. 11), pois teme que o mais comum



aconteça, que é o comportamento de plena atenção às questões desnecessárias, corriqueiras, sem qualquer relevância, ao invés de ter zelo pelos ensinamentos de alguém. Dessa forma, “como a recipientes ordinários e rachados, não encham o ouvido com o que é necessário, mas com tudo” (p. 12); ou ainda, segundo o Livro dos Provérbios: “Quem desvia os ouvidos para não ouvir a Lei, até a sua oração é execrável” (Pr 28,9).

Em decorrência da importância da escuta atenta é que Plutarco declara que “o silêncio é para o jovem um seguro adorno” (p. 13), um silêncio não apenas nas palavras, mas também acompanhado por certa inércia nas ações, para que seja possível uma melhor compreensão da fala do outro, assim, entende-se como necessário aguardar a fala do emissor até o final, sem julgamentos ou intromissões e devaneios. Ou, pelas palavras do próprio autor:

Quem se acostumou a ouvir com autodomínio e respeito, acolhe e retém o que é útil, discerne e reconhece melhor o que é inútil ou falso mostrando-se amante da verdade e não quereloso nem precipitado e genioso. Em consequência disto, não sem razão, dizem alguns que é preciso antes expelir a presunção e o orgulho dos jovens como se faz com o ar dos odres, se querem infundir neles algo de bom; do contrário, cheios de autossuficiência e vaidade, não são capazes de o receber (p. 14).

Paralelamente a essa ideia e na visão da ciência da administração, Corrêa e Caon (2006, p. 229) indicam que também está relacionada com as habilidades interpessoais, a capacidade de discernimento dos profissionais de alto contato, que é mais importante quanto maior a intensidade de contato com o cliente. A intensidade do fluxo de informação do cliente para o funcionário é exatamente o que definirá o nível e a característica de customização; a percepção das nuances de um tratamento customizado é uma habilidade mais importante quanto maior o grau de intensidade de contato com o cliente. Alguns clientes de um processo prestador de serviços podem sentir-se mais confortáveis com um tratamento mais caloroso e próximo, enquanto outros podem preferir algo mais formal e distanciado. Caberá ao funcionário de contato discriminá-lo.

Por complemento, não há como se deixar de citar o verso 119 do Diário de Santa Maria Faustina Kowalska, que trata sobre o tema (KOWALSKA, 2011, p. 84-85):

Segundo minha opinião e minha experiência, a regra do silêncio deveria estar em primeiro lugar. Deus não se apresenta a uma alma tagarela que, como zangão na colmeia, zumbe muito, mas não produz mel. A alma faladora é vazia no seu interior. Não há nela nem virtudes fundamentais, nem intimidade com Deus. Não há nela condições para levar uma vida mais profunda, para a doce paz e silêncio, em que reside Deus. A Alma que não saboreou a doçura do silêncio interior é um espírito inquieto e perturba o silêncio dos demais. Vi muitas almas nos abismos do inferno por não terem observado o silêncio. Elas mesmas me disseram quando lhes perguntei qual tinha sido a causa da sua perdição. Eram almas de consagradas. Ó meu Deus, que dor

ao pensar que poderiam não apenas estar no Céu, mas mesmo ser santas. Ó Jesus, Misericórdia! Tremo ao pensar que devo prestar contas da minha língua, pois nela está a vida, mas também a morte, e por vezes, matamos com a língua, cometemos verdadeiros assassinatos, e ainda consideramos isso como coisa pequena? Verdadeiramente, não compreendo essas consciências. Conheci uma pessoa que, tendo sabido de certa coisa que dela se falava... adoeceu gravemente, e resultou disso que perdeu muito sangue e derramou muitas lágrimas e este triste resultado não foi causado por uma espada, mas apenas pela língua. Ó meu Jesus silencioso, tende misericórdia de nós!

Nesse contexto do silêncio, vale ainda um elogio de São Lucas a Nossa Senhora na sua narrativa do nascimento de Jesus (Lc 2,18-19): “Todos os que ouviram os pastores ficavam admirados com aquilo que contavam. Maria, porém, guardava todas estas coisas, meditando-as no seu coração”.

Plutarco destaca uma preocupação com o comportamento das pessoas que deixarão de ouvir por conta do sentimento parcial que guardam consigo, quer seja por pura maldade ou inveja, tornando todas as palavras do emissor “importunas, desagradáveis e mal aceitas” (p. 15). E acrescenta que “aquele que se incomoda com o discurso bem discursado, se aflige com o que é bom para si mesmo” (p. 15).

Uma percepção importante, pois, diante de um subjetivismo permissivo, deixamos mesmo de buscar entendimento para as questões que nos incomodam, pois assim pensariam menos na consciência e diminuiriam-se os dramas da vida.

Completando o seu pensamento, o autor apresenta uma sentença cortante: “De fato, assim como a luz é boa para os que veem, também o discurso o é para os que o ouvem, desde que queiram receber” (p. 15-16); colocando em questão não apenas a presença física como fator de entendimento, mas também a vontade e o interesse do ouvinte como ação indispensável.

Assim, diante da ação interna de repúdio do discurso dos demais, seja pela maldade ou inveja, como citado anteriormente, deixa-se de prestar a devida atenção e, portanto, deixa-se de obter o entendimento e se perde uma boa oportunidade para o aprendizado.

Há ainda uma conduta dessas sob a sombra da inveja, que é tentar sabotar a fala dos demais, principalmente quando são especialmente interessantes e melhores que seu discurso. Sabotagem que ocorre com a interrupção, com a crítica, a distorção das palavras e dos sentidos do que foi apresentado.

Conduzidos pelo interesse e desejo de produzir melhora dos próprios conhecimentos e raciocínios filosóficos, vale muito a ação de prestar verdadeira atenção, ou que se “escute com benevolência e indulgência aquele que fala como se fosse admitido em um banquete sagrado ou nas primícias de um sacrifício” (p. 18).

Resultando dessa atenção, um entendimento de que o apresentado é coerente e acrescentou à vida e à alma, não se deve deixar de agradecer ao orador, como forma de justificar todo o cuidado, trabalho e esforço necessários para tal discurso e reflexão.

Entretanto, proporcional ao cuidado com aquele que apresenta um bom resultado, deve ser também com os equívocos cometidos, tendo como fundamento a descoberta da causa raiz, de sorte que seja possível a correção, não sendo permitido faltar com a verdade. Daí a afirmação do autor:

Efetivamente, a coisa mais fácil de todas é reprovar o próximo, mas isto se torna inútil e vazio, se não houver referência à correção ou à precaução de coisas semelhantes. E não se deve nunca hesitar em repetir para si mesmo, sobre os erros alheios o que Platão disse: “Acaso eu não seria assim também?” (p. 15).

Nessa mesma linha de pensamento, vale citarmos Santo Agostinho, em uma sentença muito marcante: “Procurai adquirir as virtudes que julgais faltarem nos vossos irmãos, e já não vereis os seus defeitos, porque vós mesmos não os tereis” (AGOSTINHO apud HAVARD, 2011, p. 85).

Para completar, Plutarco indica-nos a necessidade de uma ponderação bem detida após cada audição, retomando os pontos mais duvidosos, as questões menos claras, as reflexões imprecisas, como se quisesse complementar, ajustar ou reparar o discurso. Ou ainda, como ele próprio escreve:

É o que o próprio Platão fez com um discurso de Lísias. Realmente, não é difícil, mas até muito fácil contradizer um discurso pronunciado: contudo, substituí-lo por um melhor é trabalhoso sob todos os aspectos (p. 20).

Em continuação ao que se tratou até o momento, pede-se cuidado e critério para se avaliar o discurso, sem que se confunda a admiração pela paixão contida na forma de apreciação daqueles cujo caráter e intenção são discutíveis, ou ainda que tolice, ou ingenuidade, dos demais torça o conteúdo da oratória.

Apesar de a primeira condição ser muito pouco aprovável, a segunda provoca mais danos, pois se não se tem condições de apreciar o conteúdo dentro do rigor daquilo que, de fato, está certo ou errado, pode-se incorrer em compreensões desastrosas, acreditando-se em equívocos, elogiando-se o errado e incorreto.

O que deve prevalecer é a veracidade, elogiando ou corrigindo segundo o que a franqueza permite fazer, sendo um “examinador metucioso e severo da verdade e utilidade daquilo que é dito, para que, por um lado, os discursadores não os odeiem e, por outro lado, os seus discursos não nos prejudiquem” (p. 23).

Assim, será possível acolher os pensamentos mais adequados e pertinentes, ao passo que será possível evitar conceitos e ideias incorretas e pouco sadias para a mente e alma humanas, sem se deixar levar, principalmente os mais jovens, pela aparência, postura, força, ostentação e vanglória. Por fim, Plutarco acrescenta sabiamente:

É justamente esta a recompensa que tais audições merecem para os seus oradores: causam admiração enquanto dão prazer; em seguida, ao dissipar-se a agradável sensação de ouvir, a glória os abandona. Para uns é o tempo que se perde, para outros, a vida (p. 25).

Mais que aparência, continua Plutarco, a essência é o que se pede que se procure nos discursos. Pede-se aqui o abandono do que é efêmero, substituindo por um raciocínio profícuo e lógico, com resultados.

Esse apelo é feito por meio de uma comparação entre as trançadoras de coroa e as abelhas, onde as primeiras se agitam e “realizam uma obra agradável, mas efêmera e estéril” (p. 26), enquanto as abelhas abandonam os ornamentos utilizados pelas outras e se submetem às condições menos agradáveis e mais trabalhosas “preparando o louro mel” (p. 26).

Diante desse conceito, o ouvinte deve sempre estar atento e vigilante para não se deixar levar pelos adereços ou por miragens que podem tirá-lo do foco que é o aprendizado, devendo seguir o discurso como uma aula “a fim de melhorar a vida por meio das palavras” (p. 27), devendo avaliar o conteúdo da audiência por ela mesma e segundo o bom senso do educando, ponderando adicionalmente “se alguma paixão se abrandou, ou algum aborrecimento se aliviou, se suas boas resoluções e sentimentos elevados se tornaram mais firmes, se brotou em si o entusiasmo para a virtude e o bem” (p. 27).

O julgamento, portanto, se faz necessário sempre que se busca o mais adequado à própria vida e ao bem do semelhante. Assim, certamente, a avaliação daquilo que se ouve passa a ser condição básica aos que buscam o caminho reto, ou, pelas palavras de Plutarco:

Do mesmo modo, quem se retira duma audiência ou aula deve logo voltar-se sobre si mesmo, procurando saber se a alma, renunciando a algum sentimento importuno e excessivo, tornou-se mais ágil e amável. Como diz Ariston: “O banho e o discurso que não purificam não servem” (p. 28).

O autor exprime sua maneira de observar o melhor comportamento do ouvinte, ou melhor, mais que a busca daquilo que pode fornecer prazer ou satisfação, o jovem deve ter como principal objetivo o aprendizado, encarando o momento como um dever, inclusive sem se deixar levar pela paixão, pois pode ser mais maléfico que produtivo, entorpecendo o processo em que se está inserido.

Mais do que nunca, é necessário tomar posse de si mesmo, a ponto de nossas ações serem consequências de um núcleo central de convicções, evitando-se com isso que “sejam arrastados pelos acontecimentos como uma folha de papel” (CIFUENTES, 2003, p. 34).

Partindo-se do pressuposto de que o jovem tem mais a aprender que a ensinar, ele não pode, ao seu bel-prazer, fazer distinção de assunto a apreciar, devendo estar sempre disposto e com a mesma atenção para qualquer tema proposto, sem, com isso, prejudicar, ou apresentar interrupções ou fantasias que produzam perturbações a todos.

Ainda que seja necessária a interrupção para perguntas ou postulações, as mesmas devem acontecer da forma mais coerente possível, devendo ter utilidade para todos, “portanto, nem para ti, ó jovem, é tempo de refletir sobre tais questões, mas antes sobre como te estabelece-rás numa vida modesta e saudável, tendo te livrado da presunção, da jactância, dos amores e também das futilidades” (p. 34).

Entendendo que, por vezes, o jovem precisará apresentar temáticas para discussão, ele aqui é chamado a evitar a todo custo duas situações muito prejudiciais: a propositura de “raciocínios falsos” (p. 35) e a escolha de temas que fogem das habilidades daquele que discorre, condição na qual os jovens “não apenas se prejudicam com isto, mas ademais incorrem na maldade e malevolência” (p. 36).

A primeira escolha do jovem é por ouvir e fazê-lo com boa vontade e atenção, porém, é possível que sejam necessárias interrupções por força das dúvidas acometidas pelo que o discurso proporcionou por via direta ou indireta.

Há, contudo, uma forma plausível dessa intervenção, com vistas à resolução dos seus conflitos de maneira favorável, escolhendo sempre a melhor oportunidade para as intervenções.

O autor continua seu ensaio com um convite ao equilíbrio e ao comedimento no relacionamento com os oradores, ou melhor: “Igualmente se requer, no que toca aos louvores, a conveniência de uma certa precaução e de um meio-termo, por não ser próprio do homem livre nem a falta nem o excesso” (p. 40).

O comportamento do aprendiz, voltado ao objetivo, que é o melhor resultado no processo de ensino-aprendizado, não pode ter como perceptível a aflitiva postura de quem já sabe do que se está dizendo, as caras e bocas impacientes e perniciosas, torcidas de nariz, quando se vê entediado com o discurso, “como se pudesse dizer algo melhor do que aquilo que é dito” (p. 40); ou de forma absolutamente oposta, quando se espelha nas palavras, suspiros e feições uma aceitação incondicional, quase que uma veneração, podendo ser considerado como: “dis-simulado, adulator e desprovido de bom gosto no que tange aos discursos” (p. 42).

Dessa forma, presume-se que o mais adequado é uma conduta “sem mover as sobrancelhas nem emitindo a voz benévola como testemunha de seu prazer em ouvir, mas em silêncio, com uma gravidade afetada e um ar altivo” (p. 40). Complementa Plutarco com eloquência:

Sem dúvida o discurso filosófico suprime o espanto e a estupefação provindos da inexperiência e da ignorância por meio do conhecimento e da investigação da causa acerca de cada um, mas não extingue a facilidade, a modéstia e o amor aos homens. Pois, para os verdadeira e seguramente bons, a honra mais valorosa é honrar aquele que é digno, e o ornato mais nobre é o orná-lo com honras por um excesso e superabundância de reputação (p. 41).

Ademais, independentemente de quem esteja proferindo o discurso, há o que se pode aproveitar, afastando-se a condição absoluta de inadequação ou impropriedade do pensamento e coerência filosófica de quem o faz, e, mesmo se a aprovação não for de viva voz, pede-se um olhar com doçura, uma calma na expressão do rosto, bem como uma “disposição favorável e isenta de enfado” (p. 45). E continua pedindo aos ouvintes durante as audições:

Sentar-se austero, sem se inclinar, na postura correta, apenas um olhar dirigido àquele que discorre e uma disposição para uma atenção ativa, o estabelecimento de um semblante puro e que não exprima não somente qualquer insolência e mau humor, mas também outros encargos e preocupações: assim como em toda a obra o belo se perfaz de muitas coisas, como, por assim dizer, de números que chegam a um ponto conveniente em virtude duma certa justeza de proporções e harmonia, ao passo que o vergonhoso se origina logo da falta de um só elemento adequado ou do excesso, fora do seu devido lugar, também, em se tratando da própria audição, o rosto carrancudo, agravado pelas sobrancelhas franzidas e pelo desagrado, o olhar errante, as contorções do corpo, o entrecruzar inconveniente das pernas, um aceno de cabeça, um cochicho com outro, um sorriso, bocejos sonolentos, um rosto baixo e quaisquer outras atitudes análogas são censuráveis e devem ser evitadas com muito cuidado (p. 45-46).

Cada um dos participantes desempenha um papel, de modo que o resultado somente pode aparecer se os personagens tiverem bons desempenhos, não sendo apenas necessário o orador se preparar, mas também o ouvinte precisa estar antecipadamente sincronizado com o momento.

Ao mesmo tempo, o ouvinte não pode exercer uma enfadonha vigilância pelos erros e descuidos possíveis durante a audição, pedindo prestação de contas nos deslizes, não contribuindo com “uma certa harmonia entre aquele que discorre e o ouvinte” (p. 48). Segundo Cortella (2008, p. 93), devemos considerar que o erro decorre da busca e somente não comete erros quem certamente não busca.

Tratamos normalmente o erro como algo catastrófico, sem considerá-lo como uma ótima oportunidade para se chegar a novos conhecimentos, de tal forma que seria possível (CORTELLA, 2008, p. 93).

Paralelamente, presume-se que essa harmonia poderia ser mantida segundo uma afirmação contida nos Provérbios do Antigo Testamento, cujo tempo em que se presume que foi es-

critico data do século X antes de Cristo, e o mesmo afirma que: “Quem responde antes de ouvir mostra que é tolo, e passa vergonha” (Pr 18,13), tal como descreve o próprio Plutarco quando assevera que: “Quando se joga bola quem a apanha deve movimentar-se num ritmo de harmonia com quem lança” (p. 48).

Ou ainda, como exorta São Tiago e sua carta (Tg 1, 19): “Sabei, meus caríssimos irmãos, que cada um deve ser pronto para ouvir, mas lento para falar e lento para se irritar”; como uma ratificação pela harmonia apresentada por Plutarco.

Ainda na busca pelo equilíbrio, observa-se a forma inadequada com que se produz o acompanhamento dos filósofos, sendo combatidas as “expressões de louvor ao acaso” (p. 49), sem necessidade ou desproporcional àquilo que está sendo apresentado; ruidosos aplausos e exclamações sem medidas ou sem a menor razoabilidade. Pedindo-se, portanto uma certa ponderação no exercício da felicitação ao que proclama.

“É certo que não se devem ouvir as admoestações e reprimendas nem com insensibilidade nem de modo covarde” (p. 52), assim começa o tópico, reiterando o pedido de equilíbrio e do discernimento racional aos jovens.

Tanto a insensibilidade como a covardia podem provocar sérios riscos ao desenvolvimento dos alunos, haja vista que os insensíveis acabam por desprezar as repreensões, enquanto os covardes tendem a abandonar o processo.

É como se faltassem as convicções vitais regidas pela verdade, que acabam por produzir consequências muito graves, devido a essa falta de personalidade definida, essa ausência de unidade interior que, por sua vez, provocam uma falta de sequência por ser mera consequência dos impulsos e circunstâncias, das condições hormonais, dos comportamentos dos demais e das vaias recebidas (CIFUENTES, 2003, p. 36).

E termina o capítulo 16 com a seguinte afirmação, demonstrando comedimento e precaução convenientes aos que são conduzidos pela razão e não pelo sentimento:

Mesmo se lhe parecer que a reprimenda tenha sido feita injustamente, é bom suportá-la e continuar ouvindo pacientemente. Quando este cessar de falar, vá ter com ele para se justificar e pedir que reserve aquela franqueza e o rigor, então usados para consigo, quando tiver verdadeiramente cometido algumas faltas (p. 55).

É com paciência, disciplina, abnegação e muito treino que se consegue produzir resultados importantes, a ponto de tornar “todas as coisas agradáveis, tratáveis e fáceis de dizer e fazer” (p. 56), inclusive no aprendizado da filosofia. Consequentemente, sendo cada vez mais agradável, a atividade tende a desenvolver-se mais e melhor, em um ritmo de aperfeiçoamento, inclusive, mais veloz.

Os vários assuntos tratados certamente variarão muito em grau de dificuldades, entretanto a compreensão será possível pela abnegação e auxílio dos mais experientes, o que não ocorrerá para aqueles envergonhados e hesitantes no questionamento.

Há, porém, ainda aqueles cuja conduta se opõe aos tímidos, que são os dissimulados sabichões, que fingem saber e que, de acordo com o autor, são “pretensiosos e atrevidos” (p. 58) e “sempre acobertam e dissimulam a ignorância com a qual convivem” (p. 58).

Para terminar seu ensaio, Plutarco indica que há uma dificuldade importante de começo e que tem característica muito natural, mas que, com o seguimento do exemplo dos mais experientes, será muito possível que a insegurança do início seja substituída pela confiança ao longo do tempo.

O caminho é longo e difícil, contudo proveitoso para os que perseverarem, em detrimento de tantos obstáculos que certamente aparecerão, principalmente pelos tratamentos que serão dispensados pelos mais exigentes e pouco cuidadosos.

O resultado deixará de acontecer não para os que não suportarem as vicissitudes, mas também para aqueles que tiverem como principal objetivo a glória e não a sabedoria. E continua Plutarco, sempre com suas comparações muito felizes:

Como quem necessita do fogo da casa de vizinhos e, encontrando-o abundante e esplendoroso, ficasse sentado aquecendo-se indefinidamente, assim, aquele que vem para tomar parte no discurso de um outro não pensa ser preciso acender a sua luz pessoal e iluminar a própria inteligência, mas, alegrando-se com a audição, senta-se fascinado. Nem destrói nem dissipa o bolor interno e a obscuridade da alma por meio da filosofia, da mesma forma que, ao inflamar-se e abrilhantar-se, retira dos discursos sua ideia (p. 61-62).

Por fim, o autor apresenta o último parágrafo de seu texto com o brilhantismo mais que característico, enfatizando a condição de que o aprendizado e o bem viver somente serão possíveis na atitude do ouvir bem (grifo nosso):

Se é preciso algum outro preceito sobre a audição, este consiste na necessidade de que se lembrem do que foi dito agora e se apliquem à invenção simultaneamente à aprendizagem. Isto para que não adquiramos uma disposição própria do sofista nem da história, mas profunda e filosófica, *certos de que o princípio de viver consiste em ouvir bem* (p. 62).

### 3. Educar para a escuta

Tomando como base o que se tratou até o momento, pode-se destacar que ao longo da história do ser humano é como se os indivíduos, de maneira geral, não tivessem efetivamente aprendido nada sobre a postura do escutar, apesar das tantas contrariedades e problemas



resultantes desse enclausuramento em si mesmo e redução aos próprios desejos, interesses e pensamentos.

Ao longo da história relatada, por exemplo no Antigo e no Novo Testamento, por várias vezes, os vários relatos estão relacionados com o coração duro, a falta de humildade, um hedonismo profundo, que desferem a falta de atenção aos pedidos de Deus e daqueles que estavam na posição de liderança, que dificultava ainda mais o que certamente já não era fácil, produzindo desertos cada vez mais intermináveis. Um deserto que a humanidade ainda está atravessando sem aprender com as próprias faltas, ou, repetindo as palavras de Paulo, “ouvidos que não ouçam, até ao dia de hoje” (Rm 11,8).

Não se pode deixar de esclarecer que Plutarco escreve esse ensaio sobre a escuta por volta do ano 100 da era cristã, ou seja, até posterior a Paulo e Marcos, fato que demonstra a condição comum do indivíduo da época e que se percebe até a atualidade.

Entendendo que há certa continuidade na forma de pensar e agir dos indivíduos, é possível se fazer uma correlação à condição da época do autor, pois a preocupação dele é com a atitude dos jovens, pois podem ser tímidos, covardes, refratários, autossuficientes, essencialmente superestimação ou subestimação, ou qualquer outra característica que, na prática, impediam de, antes, esvaziar-se humildemente para acolher efetivamente ao que seria proferido pelos demais, de tal modo o discernimento fosse possível dentro dos limites da razão e não do sentimento. Ou como nos apresenta no prefácio desse livro, Pierre Maréchaux:

À retórica autorizada do orador profissional, Plutarco opõe a confusão adolescente e a mania compulsiva que dela deriva. Mas que se deve pensar que os costumes em voga nas sociedades de consumo do Ocidente sejam tão estranhos ao mundo helênico. Se nós estamos, numa escala infinitamente mais considerável, submersos pelo comentário, solicitados por milhões de palavras, tratando de livros que jamais abriremos, ou obras musicais de que nossos ouvidos permanecerão virgens, a atmosfera antiga não era menos saturada pelo zumbido perpétuo dos tribunais e de apressadas sentenças “ex cátedra” (MARÉCHAUX, 2003, p. IX-X).

Dessa forma, uma nuvem hedônica também pairava à época, como se pode observar ao longo do seu ensaio, pois há uma preocupação constante de cuidar do comportamento dos jovens e de seu caráter, apresentando como a primeira grande porta de entrada do entendimento e desenvolvimento das ideias. E continua Maréchaux:

Deste modo, quando Plutarco estigmatiza a anarquia juvenil, ele visa essencialmente a incoerência da espontaneidade. E por essa mesma razão ele censura esta miragem de significação, atrás da qual uma pseudoretórica dissimula o despreparo filosófico (MARÉCHAUX, 2003, p. X).

Certamente, quando tomamos como base o ensaio de Plutarco e também considerando os outros documentos que tratam da escuta, fica bem clara a condição de uma audição como postura moral e não a audição como ação física. Postura que não tinha caráter homogêneo na época do pensador, tendo em vista que, por vezes, se apresentam indicações de rivalidades na oratória, indicação de críticas infundadas, egos inflamados, todos frutos de doenças da alma.

Não é possível, porém, deixar de considerar, como indicado anteriormente, que não se pode tratar como regra geral a atitude de não haver disposição para se ouvir, pois, como considerou Ziegler (2009, p. 22), se Plutarco se propôs a escrever ou falar, certamente foi porque ele acreditou na existência de espectadores e de pessoas que compartilhassem as mesmas ideias. Tanto é assim que, até os dias de hoje, tem-se a perpetuação de seus escritos acerca desse comportamento, ou de sua ausência.

Ao final desse caminho proposto por Plutarco, entende-se como possível uma mudança, que, a propósito de Heráclito, um estudioso da mudança contínua de todas as coisas: “Nenhum homem toma banho duas vezes no mesmo rio, pois quando volta, nem o homem é mais o mesmo, nem o rio é mais o mesmo” (CORTELLA e CASADEI, 2008, p. 16).

Mas, não ser mais o mesmo implica querer, uma questão de liberdade, que para Terêncio: “é poder agir e pensar de acordo com a minha consciência e desejos sem que tal jeito vitime o coletivo” (CORTELLA e CASADEI, 2008, p. 46).

Por fim, levando-se em conta essa questão de uso da liberdade como atributo humano e preponderante para se viver adequadamente, apesar de ser imperioso o argumento de Deus, quando diz: “Cito hoje o céu e a terra como testemunhas contra vós, de que propus a vida e a morte, a bênção e a maldição. Escolhe, pois a vida, para que vivas, tu e teus descendentes” (Dt 30, 19), o próprio Jesus, apesar de nos indicar o melhor caminho, deixa-nos muito à vontade para escolhermos, sendo sempre solícito e estando sempre disponível, como claramente se coloca e nos deixa por pensar e decidir: “Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir minha voz e abrir a porta, eu entrarei na sua casa e tomaremos a refeição, eu com ele e ele comigo” (Ap 3, 20).

## Referências

- BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**: antigo e novo testamento. 7. ed. Trad. CNBB. Brasília: CNBB, 2008, p. 1563.
- CIFUENTES, Rafael Llano. **A maturidade**. São Paulo: Quadrante, 2003, p.119.
- CORRÊA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços**: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2006, p. 479.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?**: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 141.
- \_\_\_\_\_. **A escola do conhecimento**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 159.

- CORTELLA, Mario Sergio; CASADEI, Silmara Rascalha. **O que é a pergunta?** São Paulo: Cortez, 2008, p. 56.
- COVEY. **O 8º hábito:** da eficácia à grandeza. Trad. Maria José Cyhlar Monteiro. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 413.
- FRANKL, Viktor Emil. **Em busca de sentido.** Trad. Walter O. Schlupp e Carlos C. Aveline. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 136.
- \_\_\_\_\_. **A presença ignorada de Deus.** Trad. Walter O. Schlupp e Helga H. Reinhold. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 131.
- HAVARD, Alexandre. **Virtudes e liderança:** a sabedoria das virtudes aplicadas ao trabalho. Trad. Élcio Carillo. São Paulo: Quadrante, 2011, p. 181.
- KOWALSKA, María Faustina. **Diário de Santa Maria Faustina Kowalska.** Trad. de Eva Bylicka. Stockbridge: Marian Press, 2011, p. 714.
- LUZ, Daniel C. *Insight.* 3. ed. São Paulo: D.C. Luz, 1999, p. 272.
- MARÉCHAUX, Pierre. Prefácio. In: PLUTARCO. **Como ouvir.** Trad. João Carlos Cabral Mendonça. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 63.
- PAULO VI, Papa. **Sobre a Igreja no mundo atual.** Roma: Concílio Vaticano II, 1965. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)> Acesso em: 09 out. 2015.
- PLUTARCO. **Como ouvir.** Trad. João Carlos Cabral Mendonça. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 63.
- PLUTARCO. L&PM Editores. Disponível em: <[http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout\\_autor.asp&AutorID=929164](http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=929164)> Acesso em: 02 ago. 2015.
- RÚDIO, Franz Victor. **Compreensão humana e ajuda ao outro.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 87.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. A biografia antiga: o caso de Plutarco. **Métis: história & cultura.** São Paulo, v. 2, n. 3, p. 23-34, jan./jun. 2003.
- ZIEGLER, Vanessa. **Plutarco e a formação do governante ideal no principado Romano:** uma análise da biografia de Alexandre. 2009, p. 156. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

Recebido em 04/10/2017

Aprovado em 10/10/2018